

**PARECER**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 099/2025**  
**MENSAGEM DE LEI Nº 731/2025**

De autoria do Poder Executivo Municipal, o projeto em epígrafe "***Fica alterado o artigo 4º da Lei Municipal 1647/2022 criando a Indenização Excepcional por Serviço de Campo e da outras providências***".

**I - RELATÓRIO**

O Poder Executivo Municipal propõe o Projeto de Lei que visa a adequação das normas vigentes á realidade operacional dos serviços essenciais prestado na zona rural.

**II – ANÁLISE**

Nos termos regimentais, a presente proposição esteve em análise junto a **Comissão Constituição e Justiça**, não recebendo substitutivo.

No qual verificou-se que a matéria encontra-se apta para inserir-se no ordenamento jurídico municipal.

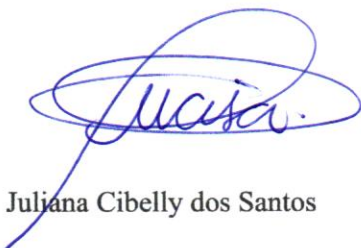
**III – VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o **Projeto de Lei Nº 099/2025**, reveste-se de boa forma constitucional legal, jurídico e de boa técnica legislativa e, no mérito, deve ser acolhido. Por isso, voto pela sua **aprovação**.

**IV - RESULTADO DA VOTAÇÃO DA COMISSÃO**

A **Comissão de Constituição e Justiça** em Reunião realizada no dia **23 de maio de 2025**, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela **APROVAÇÃO** do **Projeto de Lei Nº 099/2025**.

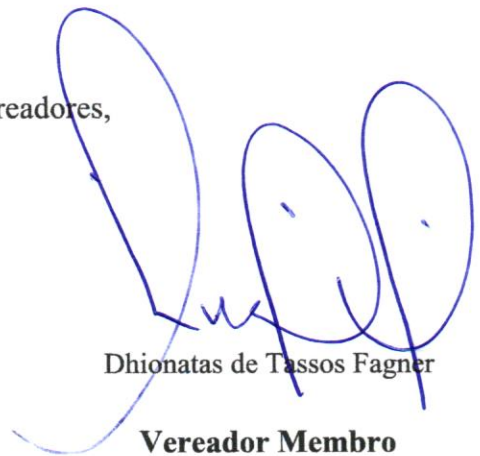
Estiveram presentes os Senhores Vereadores,

  
Juliana Cibelly dos Santos

**Vereadora Presidente**

  
Lucas Luiz de Cristo Teixeira

**Vereador Relator**

  
Dhionatas de Tassos Fagner

**Vereador Membro**

**PARECER**  
**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO**  
**PROJETO DE LEI Nº 099/2025**  
**MENSAGEM DE LEI Nº 731/2025**

De autoria do Poder Executivo Municipal, o projeto em epígrafe "***Fica alterado o artigo 4º da Lei Municipal 1647/2022 criando a Indenização Excepcional por Serviço de Campo e da outras providências***".

**I - RELATÓRIO**

O Poder Executivo Municipal propõe o Projeto de Lei que visa a adequação das normas vigentes á realidade operacional dos serviços essenciais prestado na zona rural.

**II – ANÁLISE**

Nos termos regimentais, a presente proposição esteve em análise junto a **Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização**, não recebendo substitutivo.

No qual verificou-se que a matéria encontra-se apta para inserir-se no ordenamento jurídico municipal.

**III – VOTO DO RELATOR**


Em face do exposto, o **Projeto de Lei Nº 099/2025**, reveste-se de boa forma constitucional legal, jurídico e de boa técnica legislativa e, no mérito, deve ser acolhido. Por isso, voto **pela sua aprovação**.

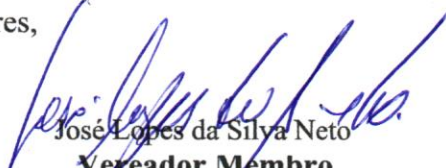
**IV - RESULTADO DA VOTAÇÃO DA COMISSÃO**

A **Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização** em Reunião realizada no dia **26 de maio de 2025**, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei Nº 099/2025.

  
Gilberto Aparício  
Vereador Presidente

Estiveram presentes os Senhores Vereadores,

  
Renato Leitão dos Santos  
Vereador Relator

  
José Lopes da Silva Neto  
Vereador Membro

**PARECER**  
**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E BEM-ESTAR SOCIAL**  
**PROJETO DE LEI Nº 099/2025**  
**MENSAGEM DE LEI Nº 731/2025**

De autoria do Poder Executivo Municipal, o projeto em epígrafe "***Fica alterado o artigo 4º da Lei Municipal 1647/2022 criando a Indenização Excepcional por Serviço de Campo e da outras providências***".

**I - RELATÓRIO**

O Poder Executivo Municipal propõe o Projeto de Lei que visa a adequação das normas vigentes á realidade operacional dos serviços essenciais prestado na zona rural.

**II – ANÁLISE**

Nos termos regimentais, a presente proposição esteve em análise junto a **Comissão de Educação, Saúde e Bem-Estar Social**, não recebendo substitutivo.

No qual verificou-se que a matéria encontra-se apta para inserir-se no ordenamento jurídico municipal.

**III – VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o **Projeto de Lei Nº 099/2025**, reveste-se de boa forma constitucional legal, jurídico e de boa técnica legislativa e, no mérito, deve ser acolhido. Por isso, voto **pela sua aprovação**.

**IV - RESULTADO DA VOTAÇÃO DA COMISSÃO**

A **Comissão de Educação , Saúde e Bem-Estar Social**, em Reunião realizada no dia **26 de maio de 2025**, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela **APROVAÇÃO** do **Projeto de Lei Nº 099/2025**.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores,

Lucas Luiz de Cristo Teixeira

**Vereador Presidente**

Juliana Cibelly dos Santos

**Vereadora Relatora**

Ueder Rodrigues Ferreira

**Vereador Membro**